



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**“FAZER DA SEGURANÇA ALIMENTAR UMA PRIORIDADE FUNDAMENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COOPERAÇÃO”**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA III CONFERÊNCIA
NACIONAL DA DESCENTRALIZAÇÃO**

NAMPULA, 10 DE AGOSTO DE 2022

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhor Ministro da Governação Local e Obras Públicas do Zimbabwe;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhoras Secretárias e Senhores Secretários de Estado nas Províncias;

Senhoras Governadoras e Senhores Governadores das Províncias;

Senhores Presidentes das Assembleias Provinciais e Chefes de Bancadas;

Senhores Presidentes das Assembleias e Conselhos Autárquicos;

Senhores Administradores Distritais;

Estimados Embaixadores;

Caros Parceiros de Cooperação;

Senhores Representantes da Sociedade Civil e das Autoridades Comunitárias;

Distintos Representantes da Oitava Comissão da União Africana;

Caros Oradores e Moderadores;

Ilustres Convidados Nacionais e Estrangeiros;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

É com imensa satisfação que nos dirigimos à esta III Conferência Nacional de Descentralização que inicia, hoje, aqui, na Cidade de Nampula, numa altura em que Moçambique completa pouco mais de duas décadas de descentralização autárquica e três anos de governação descentralizada provincial.

As nossas primeiras palavras são de saudação aos actores de primeira linha que nos trazem a pioneira experiência nacional na implementação da descentralização, um dos principais pilares da nossa agenda de governação e desenvolvimento local.

Estendemos as nossas saudações aos parceiros de cooperação, da sociedade civil e da academia, líderes comunitários e demais intervenientes, cujo papel tem sido de extrema importância para o contínuo aperfeiçoamento da descentralização e da governação local em Moçambique.

Propusemo-nos a participar nesta conferência, neste dia **10 de Agosto**, como forma de nos associarmos às comemorações do **Dia Africano da Descentralização e Desenvolvimento Local**, que hoje se assinala, sob o lema *Fazer da segurança alimentar uma prioridade fundamental para o Desenvolvimento Territorial e Cooperação*.

O lema escolhido para esta conferência corresponde à visão do nosso Governo e da União Africana de fazer da descentralização uma alavanca de aceleração do desenvolvimento local e de reforço da resiliência das comunidades locais na redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar.

Das transformações políticas, económicas e socio-culturais que se registam no nosso país, na região e a nível global, nos convocam para uma reflexão profunda sobre os avanços e desafios que caracterizam a nossa realidade e prática de descentralização.

A presença nesta conferência de participantes de outros países e de outras sensibilidades deve servir de oportunidade para trocar experiências por forma a identificarmos os factores que podem nos levar ao sucesso do nosso compromisso sobre a descentralização.

Estimados Participantes!

Na asserção clássica, a **descentralização** é definida como o **processo de transferência de competências e de recursos do nível central para os órgãos locais** com o objectivo de

promover maior transparência, prestação de contas, credibilidade na sua actuação, contando com a parceria do sector privado e da sociedade civil para uma sociedade mais estável e democrática.

Desde o início da década de 1980, com o surgimento do chamado “*Movimento da Nova Gestão Pública*”, nos Estados Unidos e na Inglaterra, os especialistas da Administração Pública têm insistido na ideia de que o melhor sistema de governo é aquele que se realiza mais próximo do cidadão.

O imperativo da descentralização norteia-se na concepção de que **a função primária do Governo Central não é prestar directamente os serviços**, mas traçar as diretrizes gerais que propiciam um ambiente favorável à participação activa dos actores públicos e não-públicos no processo de desenvolvimento local.

Como defendem *Osborne e Gaebler*, na sua obra *Reinventando o Governo* (1992), na ideia de que esta política concorre para maior eficiência administrativa, transparência e participação dos cidadãos e amplia as possibilidades da democracia, boa governação e do desenvolvimento local.

Compatriotas!

Permitam-me que vos convide a viajar comigo no tempo, para compreender o percurso interno da descentralização em Moçambique.

À altura da sua independência, há 47 anos, Moçambique herdou uma máquina administrativa com um carácter centralizador e discriminatório, concebida para servir os interesses da elite colonial e subjugar a população indígena, sujeitando-a aos trabalhos forçados e outros mecanismos de exploração e opressão.

Com a independência, tornou-se necessária uma reforma profunda, através de um processo que ficou conhecido como o **escangalhamento do aparelho do Estado colonial para dar lugar a um Estado de tipo Novo**, ao serviço das largas massas, inspirado na experiência das zonas libertadas.

Nessas zonas, a organização da produção, a mobilização das populações para o seu engajamento nos esforços da luta, impunham que as decisões fossem tomadas, de forma centralizada, mas depois de debates abertos e participação democrática.

O conceito de **centralismo democrático**, dominante nos primeiros anos a seguir à independência nacional foi uma experiência endógena única, resultante dos imperativos da revolução democrática popular, ainda que buscando inspiração em outras realidades dominantes, num mundo polarizado pelas ideologias capitalista e socialista.

Caros Governantes!

A primeira reforma do Estado entre 1977 e 1978, consistiu na abolição dos conselhos de circunscrição e das câmaras municipais que foram substituídos pelos Governos Provinciais e os Conselhos Executivos de Distritos, Cidades e de Localidades.

Estes órgãos de governação local gozavam de amplos poderes de decisão sobre os assuntos relativos ao desenvolvimento local. Entretanto, e mais uma vez, dentro do princípio do centralismo democrático, estes órgãos executivos estavam sujeitos à dupla subordinação sendo responsáveis as assembleias do Povo do respectivo escalão e, em simultâneo, os órgãos hierarquicamente superiores.

As Assembleias do Povo constituídas por sufrágio universal a nível nacional (Assembleia Popular), provincial, distrital e de localidade asseguravam a participação representativa das populações na resolução dos problemas de desenvolvimento local e, pela sua natureza constitucional, assumiam o papel de órgão mais alto do Poder do Estado no respectivo escalão.

É certo que as primeiras assembleias do Povo funcionavam segundo os princípios próprios do sistema monopartidário então vigente, facto que nunca vai retirar o mérito do seu papel, enquanto espaço de exercício do poder pelos cidadãos ao nível das suas comunidades.

Por isso mesmo, encorajamos a comunidade académica e, não só, a revisitar as diversas formas de governação local para buscar aspectos positivos que podem servir de referência na

consolidação do processo de descentralização, sobretudo, no domínio da participação política e no modelo de prestação de contas perante as comunidades.

As mudanças que levaram a introdução do multipartidarismo na constituição de 1990 não podem ser vistas como a rejeição completa das experiências positivas do período anterior, alias, é essa experiência que ditou o futuro, o actual presente.

A adopção do multipartidarismo enquadra-se no movimento global que foi ganhando força nas décadas 70 e 80 naquilo que *Samuel Huntington* chamou de terceira onda da democratização, porque existe a consciência de que a democratização e consequentemente a descentralização são processos dinâmicos.

No caso de Moçambique, é importante referir que as reformas de descentralização não foram consequência do fim da guerra fria que o mundo vivia naquele momento.

A descentralização no nosso país já era aventada quando foi reconhecido que o papel dirigente do Estado e da Sociedade, exercido pelo Partido em 1983, era excessivamente centralizado e criava muitas ineficiências na gestão do desenvolvimento, a nível local.

Considerando o amplo debate do projecto de revisão da constituição em 1989 e o decurso das negociações em Roma, entre o Governo e a Renamo e que culminariam com o Acordo Geral de Paz em 1992, o nosso Governo tomou a iniciativa de propor à Assembleia da República a alteração da Constituição da República, introduzindo em 1990, o sistema da democracia multipartidária.

O novo quadro constitucional de 1990 contemplava a descentralização como uma componente intrínseca da democracia multipartidária.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Revista a Constituição em 1990, o processo de descentralização ganhou novo ímpeto com o lançamento do Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL) em Novembro de 1991.

O PROL incorporou programas experimentais como o Programa de Reabilitação Urbana (PRU) e Programa dos distritos pilotos, apoiados por parceiros multilaterais como o Banco Mundial e o PNUD, assim como parceiros bilaterais como a ASDI, a NORAD, a Cooperação Italiana, a Cooperação Suíça, a SNV Holandesa, entre outros.

Foi notória, nessa fase inicial uma grande dispersão em que cada parceiro de cooperação escolhia a sua província com o seu modelo para apoiar acções de descentralização.

Esta experiência diversificada permitiu identificar a multiplicidade de matérias envolvidas no processo de transferência de competências para os órgãos locais do Estado.

A Província de Nampula, aqui onde hoje nos encontramos a debater esse tema, tem sido considerada uma das plataformas de implementação e laboratório da descentralização por ter exercido o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) que serviu de base para a ampla reforma dos órgãos locais do Estado, incluindo a aprovação da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), a criação dos Conselhos Consultivos de Localidade, Posto Administrativo e Distrital.

Um contributo crucial do PROL e do PPFD foi a importância do reconhecimento das autoridades comunitárias e tradicionais como actores-chave na garantia da participação das comunidades no processo de tomada de decisões e de desenvolvimento local.

Como se pode notar, a descentralização em Moçambique, tal como em qualquer outro país, não é um processo linear nem simples.

É um exercício complexo que podemos considerar inacabado, que tem conhecido diversas fases, cujas nuances a nossa academia e o sector de Administração Territorial devem continuar a estudar e documentar, sobretudo, na sua relação com o processo de paz e reconciliação nacional.

Por exemplo, não se pode ter melhor compreensão das dinâmicas que caracterizaram o processo de diálogo que conduziu ao actual modelo de descentralização, sem examinar friamente o impacto do conflito armado dos 16 anos, um conflito que 20 anos depois veio retomar.

A zona centro do nosso país viveu aquilo que o *Professor Bernard Weimer* chamou de “*descentralização por defeito*” e que, por algum tempo, deu azo àquilo que nos parecia a chamada dupla administração.

Um facto notável, a este respeito, foi o boicote dos partidos da oposição às primeiras eleições autárquicas de 1998, que marcaram o arranque efectivo do processo de descentralização política ou devolução, apesar do consenso que tinha caracterizado a revisão pontual da constituição em que introduziu o conceito de Poder Local em 1996.

Felizmente, mercê da sempre crescente consciência democrática dos moçambicanos, desde as segundas eleições autárquicas, a maioria dos Partidos políticos têm participado nas eleições autárquicas.

Esta prática tem permitido aos cidadãos exercerem o seu direito de escolher livremente os governantes da sua preferência, contribuindo para a consolidação da descentralização e da democracia em Moçambique.

Estimados Dirigentes dos Órgãos Descentralizados!

O ano de 2018 constituiu um marco incontornável na consolidação da descentralização em Moçambique, com a revisão da constituição por iniciativa presidencial na sequência dos consensos alcançados no diálogo entre o Governo e a Renamo na sequência das reivindicações pós-eleitoriais daquele Partido, uma iniciativa acolhida e aprovada por consenso.

A Descentralização das Províncias e o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das forças residuais da Renamo surgiram como dois instrumentos para o alcance da paz definitiva e reconciliação, cujo acordo foi assinado a 06 de Agosto de 2018 e que permitiram a realização de eleições das Assembleias Provinciais, incluindo os cabeças de lista para Governadores de Província. Trata-se de um modelo *suis generis*, desenvolvido em Moçambique e por moçambicanos para resolver problemas concretos de Moçambique.

Este modelo surgiu num determinado contexto histórico, com o fim concreto de pôr termo ao conflito político-militar, alcançar a paz, a estabilidade e a reconciliação num “*modus vivendo*” escolhido por Moçambicanos.

Dentre outros aspectos do novo modelo de descentralização, podemos destacar:

- a) A reafirmação da República de Moçambique como um Estado unitário;
- b) O respeito pelo Estado da autonomia dos órgãos da província, do distrito e das autarquias locais;
- c) O sufrágio universal como regra de eleição dos governantes;
- d) Definição de limites da descentralização em matérias de exclusiva responsabilidade dos órgãos de soberania;
- e) A criação da figura do Secretário de Estado na Província para assegurar as funções não descentralizáveis.

Estamos cientes de que o novo modelo construído num contexto de pressão não poderia estar isento de imperfeições, lacunas ou até omissões que se vão revelando na prática da sua implementação. Os Moçambicanos não têm receio, nem medo de corrigir o que pode estar melhor.

Cabe aos próprios moçambicanos, em particular aos que integram “**a fina flor da descentralização**” aqui representados, aceitar, acreditar, aperfeiçoar e aprimorar este modelo com frieza, humildade e serenidade, tendo sempre em mente que a descentralização em si não é um fim. A descentralização é um meio para alcançar o bem-estar das populações e a máxima estabilidade para desenvolver o nosso país.

No entanto, é digno de realce que apesar das imperfeições, com o novo Modelo de Descentralização, as Assembleias Provinciais e os respectivos Conselhos Executivos Provinciais passaram a ter competências alargadas, dentro dos limites que a própria Constituição estabelece.

Este percurso embrionário e jovial da descentralização em Moçambique, particularmente dos últimos três anos, permite-nos tirar ilações e identificar desafios que nos remetem a inovações para superá-los, recorrendo-se a soluções nacionais para problemas moçambicanos, buscando inspiração de outras latitudes, quando necessário.

Por isso, a expectativa e as atenções dos moçambicanos estão viradas para esta Conferência, porque aqui estão reunidos aqueles que melhor conhecem, conhecem com profundidade, tanto na teoria, como na prática, os pontos fortes e fracos da descentralização em Moçambique e noutros países e que melhor podem aconselhar os caminhos apropriados que devemos seguir para consolidarmos a descentralização.

Os vossos debates não devem ser acorrentados a decisões que requerem o seu aperfeiçoamento e que podem ser melhorados. Contudo, tenham sempre em mente que a descentralização constitui um compromisso nacional, um processo inacabado, mas irreversível. Um processo de aprendizagem contínua que merece o acompanhamento construtivo de todos. As incompreensões, sobreposições e até fricções involuntárias devem ser tomadas como parte de um processo novo e não nos devem criar pesadelos nem frustrações. Por isso, na minha qualidade de quem profundamente se mergulhou na formatação deste modelo concreto, saúdo a cada um de vós porque, com elevado espírito patriótico, têm sabido se assumir como verdadeiros campeões, contribuindo com o vosso saber para os ganhos que temos vindo a alcançar na consolidação da descentralização em Moçambique, um exercício internacionalmente seguro.

Reiteramos o apelo que lançámos em Maio passado, no sentido de que as forças políticas, organizações da sociedade civil, academia para que, sem preconceitos, nem ideias fixas ou conclusivas e com base na experiência dos dois anos de governação descentralizada provincial, aprofundemos a reflexão sobre a viabilidade das eleições distritais em 2024.

Repito, não se prendam, reflectir é pensar e todo Homem pode pensar. Não é proibido pensar para poder melhor decidir, não é crime recuar e nem é crime pensar. Ontem, pensamos e decidimos, descentralizar a governação até ao nível das províncias, pensamos, reflectimos e depois, legalmente, decidimos.

Essa reflexão deve desenvolver-se no sentido de avaliarmos os desafios inerentes à realidade que vivemos, com as autarquias e com os órgãos locais do Estado de que fazéis parte.

Nós, em Moçambique, não estamos de passagem e o país é nosso e o que nos deve mover é a garantia de prestarmos, com eficiência, melhores serviços à altura das necessidades das nossas populações, evitando-se descentralizar ineficiências, deficiências e problemas, mas também evitando descentralizar o que deve, com o risco de gerar-se uma paralisia institucional da administração local dentro do provérbio popular, quem não deve não teme.

É esse espírito que deve nortear os debates desta Conferência. Devemos capitalizar a riqueza de opiniões dos participantes e pelos oradores de diferentes esferas do nosso vasto Continente, cujas experiências e lições nos irão inspirar a enveredar por soluções ajustadas à nossa realidade.

Os temas previstos para debate, nestes dois dias de trabalho, fazem referência a lições apreendidas, cobrem os desafios do momento e perspectivas da descentralização, isto é, abrem o campo para uma visão de longo alcance. Debatam ideias livres das vossas afinidades sociais ou políticas. São temas que esperamos que possam ajudar a produzir recomendações para subsidiar o processo contínuo de aprimoramento do modelo de descentralização que estamos a seguir e do quadro legal e institucional das reformas de descentralização em curso em Moçambique.

O lema desta conferência remete-nos à realidade, no nosso País, colocando no centro das atenções a questão da segurança alimentar como indicador da boa governação e desenvolvimento local.

Durante a semana, de acordo com o Programa Mundial para Alimentação – PMA, Moçambique saiu da lista de 20 países com alto risco de fome no mundo, por conta da campanha agrícola. Esta informação gratifica o alcance da vossa mensagem nos vossos territórios, de apelos ao trabalho, mais produção e mais produtividade.

É de domínio de todos que alguns distritos da província de Cabo Delgado vivem os horrores do terrorismo que, para além de milhares de vítimas humanas, têm forçado milhares de famílias a fugirem das suas zonas de cidadãos para viver como deslocados sem garantia da segurança alimentar.

Caros Participantes!

Usamos este momento para reafirmarmos a nossa solidariedade e para reiterar a saudação às nossas Forças de Defesa e Segurança, Forças da missão da SADC e do Ruanda, bem como a Força Local, pela bravura e determinação com que combatem o terrorismo.

Saudamos, igualmente, o envolvimento dos órgãos de governação provincial, distrital e autárquica, pelo seu firme empenho na implementação das medidas de prevenção da pandemia da COVID-19, que para além de perdas de vidas humanas, afectou sobremaneira a arrecadação das rendas e a segurança alimentar de muitas famílias.

De igual modo, as mudanças climáticas que ciclicamente provocam desastres naturais no nosso país são um factor que aumenta o risco de insegurança alimentar, em que órgãos de governação descentralizada são chamados a colocar na agenda das suas prioridades.

Também neste aspecto, os dirigentes locais têm responsabilidades acrescidas, incluindo o dever de assegurar o envolvimento activo das populações na produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar e para o planeamento e ordenamento do território, elevando a consciência das populações sobre os problemas ambientais.

Quero também reconhecer o empenho das estruturas locais a todos os níveis que tem estado a contribuir para a mitigação deste mal, a partir de momentos de prevenção, durante e depois e no momento de esforços de reconstrução.

No campo diplomático, congratulamo-nos com a eleição de Moçambique a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2023-2024. Esta eleição atesta um reconhecimento da contribuição que Moçambique pode dar na solução de conflitos, dada a experiência do país, na construção de consensos pela via do diálogo.

Por isso, apelo para que internacionalmente prevaleça a voz única dos moçambicanos unidos pela mesma causa, a criação do seu bem-estar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Ilustres Convidados;

Caros Participantes!

Antes de concluir, importa lembrar que, realizamos este evento numa altura em que caminhamos, a passos largos, para as sextas eleições autárquicas, já marcadas para 15 de Outubro de 2023.

O país tem estado a registar o crescente interesse do eleitorado em participar na solução dos problemas locais. O indicador que nos legitima a afirmar isso, é o facto do aumento contínuo da percentagem dos eleitores nas eleições autárquicas que foi de 42,87% em 2013 para 59,79% em 2018.

Senhoras e Senhores Governadores Provinciais;

Senhoras e Senhores Secretários de Estado nas Províncias;

Senhores Presidentes dos Conselhos Autárquicos;

Senhores Presidentes das Assembleias e Chefes das Bancadas!

Permitam-me que deixe uma mensagem a vós por serem individualidades eleitas, mas provenientes das escolhas dos vossos partidos políticos. Para tal vou recorrer ao pensamento dos sábios que se dedicam na avaliação sobre a ética e dignidade na política.

É possível haver ética na política. Para tal, é preciso ter noção exacta das responsabilidades da representação política. A ética da política deve significar o território da aplicação correcta das normas, do zelo pela coisa pública, do respeito aos cidadãos, da defesa dos direitos de todos, sem privilégio a grupos, de preservação dos valores que forjam o carácter de um povo, como solidariedade, a liberdade, a consciência do dever e o amor à pátria.

Tenho estado, nos últimos dias, a apelar mais patriotismo. Esta terra tem donos e somos todos nós que devemos desenvolvê-la e defendê-la. A política não é a esteira para a promoção pessoal nem a escada para locupletação da riqueza.

Ser ético é ter coragem para assumir riscos, determinação para afugentar as pressões e as vaidades, força para atacar os vícios e as mazelas.

Com ética e dignidade, poderemos abrir a janela da mudança política com a ética, dignidade e profissionalismo podemos melhorar a qualidade da política em Moçambique e permitir assim o desenvolvimento das nossas Autarquias e do país em geral.

Termino, augurando frutuoso debates dos temas da III Conferência Nacional de Descentralização, na certeza de que as deliberações a serem tomadas concorram para o sucesso do processo de Descentralização em Moçambique.

Aos nossos convidados internacionais, reiteramos os nossos agradecimentos pela vossa presença, porque estamos certos de que convosco poderemos aprender mais e melhor sobre o que devemos capitalizar, convosco podemos contar para o sucesso da descentralização no nosso país.

Felicitamos o MAEFP, pela excelente organização desta conferência em articulação com os órgãos locais da província e da cidade de Nampula. Em vosso nome, agradeço o apoio dos Parceiros de Cooperação, da Sociedade Civil e das Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, que tornaram possível este evento, através de assistência técnica e logística na sua organização e na sua participação nos debates que se vão seguir.

Com estas palavras, **declaro aberta a terceira Conferência Nacional de Descentralização.**

Votos de bom trabalho!

Muito Obrigado!